

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 1 (2019)
ISSN: 2177-2886

Entrevista

Geografias Feministas: Relações de Gênero Patriarcais: Uma Entrevista com Susana Maria Veleda da Silva

*Geografías Feministas: Relaciones de Género
Patriarcales: Una entrevista con Susana Maria Velede
da Silva*

*Feminist Geographies: Patriarchal Gender Relations:
An Interview with Susana Maria Velede da Silva*

Caroline Tapia Bueno

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
caroline.bueno14@gmail.com

Diego Miranda Nunes

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
diego_rgnunes@yahoo.com.br

Como citar este artigo:

BUENO, Caroline Tapia; NUNES, Diego Miranda. Geografias Feministas: Relações de Gênero Patriarcais: Uma Entrevista com Susana Maria Velede da Silva. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 256-264, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Introdução

Susana Maria Veleda da Silva nasceu no município do Rio Grande, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul. Graduada em Geografia licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 1987, Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1999, Doutora em Geografia Humana pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) em 2004, com Pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) em 2012. Atualmente, é coordenadora dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, docente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal do Rio Grande e pesquisadora do Núcleo de Análises Urbanas (NAU). Susana é mãe, mulher, geógrafa e feminista, tem se dedicado a pesquisar os temas ligados ao trabalho e à população com enfoque nas relações de gênero e nas geografias feministas.

Sua trajetória acadêmica e de militância trazem uma profunda contribuição à ciência geográfica, em especial para as pesquisas que englobam discussões sobre gênero, patriarcado e trabalho feminino. Ao longo de sua história como pesquisadora feminista, foram muitas as contribuições para esse campo de estudo, principalmente por ela ser uma das primeiras mulheres geógrafas brasileiras a se dedicar à temática. Suas obras perpassam décadas, desde um dos seus primeiros artigos, publicado em 1998, com discussões importantes sobre a geografia feminista que até certo tempo atrás não era visibilizada.

Ainda, suas pesquisas continuam trazendo preocupações e críticas acerca do trabalho feminino, principalmente do trabalho feminino urbano, relacionando-o com o patriarcado e a divisão sexual do trabalho. Suas obras contribuem não só para a comunidade geográfica, mas também para a sociedade em geral, visto que parte de uma abordagem feminista é o comprometimento com a mudança social. Então, sua contribuição atravessa as “fronteiras” da ciência geográfica a fim de contribuir com uma sociedade mais justa. Assim sendo, mais que uma pesquisadora feminista, ela também é uma inspiração para todos e todas nós.

Desenvolvimento

Caroline Tapia Bueno (C.T.B.) e Diego Miranda Nunes (D.M.N.): Você é uma das mais importantes geógrafas feministas brasileiras, que tem se dedicado a pesquisar as relações de gênero e trabalho feminino e que tem sido referência nas Geografias Feministas. Você poderia fazer um breve resumo da sua formação acadêmica e dos caminhos que a constituíram enquanto uma pesquisadora feminista? E quais foram os desafios da tua trajetória acadêmica?

Susana Maria Veleda da Silva (S.M.V.S.): Em primeiro lugar gostaria de agradecer o convite, pois me dá a oportunidade de falar das minhas perspectivas sobre as Geografias Feministas, para leitoras e leitores da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero (RLAGG). Mas preciso dizer que não me considero uma referência acadêmica. Minha trajetória de vida tem mais tempo de feminista do que de geógrafa feminista. Com isso, quero dizer que minha carreira como geógrafa feminista ainda nem completou trinta anos

Caroline Tapia Bueno, Diego Miranda Nunes

[risos]. Na graduação em Geografia Licenciatura, finalizada em 1987, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), localizada na cidade do Rio Grande, no extremo sul do Brasil, não tive conhecimento sobre estudos de gênero durante a realização do curso e não conhecia o trabalho de Rosa Ester Rossini na Universidade de São Paulo (USP). Mas minha visão de mundo era feminista e, no final da década de 1980, a leitura de dois livros tão diferentes, como ‘O segundo sexo’ de Simone Beauvoir (volumes um e dois) e ‘O mito do amor materno’ de Elisabeth Badinter, foi impactante. Este último me fez entender alguns desconfortos que eu sentia em relação à maternidade, mostrando que o papel social de reprodutora, enquanto uma construção social, marca, profundamente, o lugar das mulheres no mundo. As leituras deram um sentido teórico para uma constatação: apesar das muitas conquistas dos movimentos feministas, a situação de opressão, exploração e discriminação das mulheres no mundo do trabalho era evidente e não era fruto da natureza feminina. Ao lecionar Geografia da população, na década de 1990, comecei a ficar incomodada, também, com a suposta neutralidade da população. Marx havia indicado que a população era uma abstração se não se considerasse as classes que a compõem. Para mim, também era uma abstração se não problematizássemos a participação desigual das mulheres na economia e na política, com nítida repercussão na dinâmica demográfica. Em 1994, participei do encontro do Fazendo Gênero – Seminário de Estudos sobre a Mulher, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Participar desse seminário foi uma revelação e um encontro com colegas acadêmicas e militantes feministas oriundas de muitos campos disciplinares, menos da Geografia! A vontade de entender e explicar essa desigualdade através de teorias feministas e com pesquisas acadêmicas na Geografia me impulsionou para a pós-graduação. Porém, naquela época, não havia, no Brasil, um programa de Geografia com linha de pesquisa em estudos de gênero. Então, fiz Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, sob a orientação da socióloga feminista Lorena Holzmann, com quem aprendi muito. Aprendi sobre as teorias feministas que explicam o mundo do trabalho, aprendi a fazer pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, aprendi a ser uma pesquisadora comprometida com a transformação social. A partir do mestrado, intensifiquei as leituras de autoras feministas que, mesmo com diferentes pontos de vistas, como Beth Friedan, Iris Marion Young, Sheila Rowbotham, Michelle Perrot, Elisabeth Souza-Lobo, Neuma Aguiar, Heleieth Saffioti, Carole Pateman, Helena Hirata, Joan Scott e Judith Butler, foram as que mais me influenciaram na época, e muitas até hoje.

Em 1997, ainda no Mestrado, participei do Encontro de Geógrafos Latino Americano (EGAL) em Buenos Aires. Lá ocorreu um evento não oficial: um encontro entre pesquisadoras interessadas nos estudos de gênero. Assim, conheci Maria Dolors Garcia-Ramón da ‘Universitat Autònoma de Barcelona’ (UAB) e Janice Monk da ‘University of Arizona’, entre outras geógrafas, muitas argentinas, e estabelecemos uma rede, na época, através da troca de e-mails. Éramos poucas, mas esse encontro marcou minha carreira acadêmica, pois, em 2000, fui fazer o doutorado em Geografia humana orientada por Maria Dolors. Com ela aprendi sobre a importância da contribuição dos estudos feministas na Geografia, teórica e metodologicamente. A relação com

a UAB foi para além do doutorado e, até hoje, participo do Grupo de Investigación de Geografía y Género da UAB. Uma experiência marcante foi participar, em 2007, do seminário internacional “Geografía i gènere al món: qüestionant l’hegemonia angloamericana”, realizado pelo Departament de Geografia da UAB, em Barcelona. O evento possibilitou um encontro maravilhoso com geógrafas e geógrafos feministas do mundo inteiro, problematizando a hegemonia anglo-americana nos estudos feministas e oportunizando o conhecimento de trabalhos em outras partes do mundo, falados e escritos em diversos idiomas. Outra experiência importante ocorreu no período de 2008 a 2012, quando atuei como representante da América Latina na Comissão de Gênero da União Geográfica Internacional (UGI). Hoje a Jo (Joseli Maria Silva) nos representa nessa comissão. Em 2011, a participação no primeiro Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidades, no Rio de Janeiro, no segundo, em 2014, em Porto Velho e, no terceiro, em 2017, no México, possibilitou-me um encontro frutífero com geógrafas e geógrafos brasileiros e latino-americanos. Pessoas com as quais aprendi muito e estabeleci parcerias acadêmicas e, também, criei laços afetivos, com espaços de diálogos e de união na luta contra o sexismo, a homofobia e o racismo. Esses encontros diminuíram minha solidão acadêmica. Romper o isolamento e a solidão acadêmica foi um desafio. Minha trajetória acadêmica está marcada pelo contexto da graduação em Geografia na FURG, curso noturno com muitos estudantes trabalhadores, com predomínio de homens. Um desafio para sensibilizar e conquistar estudantes para pesquisas de viés feminista. Por outro lado, embora eu seja a única a trabalhar com Geografias feministas na FURG, sempre tive o apoio dos colegas e a liberdade de realizar as pesquisas no meu grupo, o Núcleo de Análises Urbanas (NAU). O desafio mais amplo foi pesquisar sobre o mundo do trabalho feminino na Geografia brasileira a partir de uma perspectiva feminista, nos anos de 1990. Na primeira década do século XXI, colegas de outras instituições (UEPG; UFSM, UFR, UFG, UNIOESTE, entre outras) reforçam esse campo acadêmico com pesquisas mais diversificadas e constituímos grupos de trabalhos muito enriquecedores nos encontros da pós-graduação. Porém, ainda hoje, existem resistências à temática. Ainda é um desafio constante mostrar que fazemos ciência e não só militância, e que as teorias feministas contribuem para ampliar o olhar geográfico.

C.T.B. e D.M.N.: O seu artigo, denominado “Geografia e Gênero/ Geografia Feminista - o que é isto?”, publicado em 1998 no Boletim Gaúcho de Geografia, traz importantes contribuições para a ciência geográfica no que se refere às discussões de gênero na Geografia. Passados vinte anos dessa publicação, quais discussões ficaram suspensas e quais foram potencializadas neste período (1998-2018)?

S.M.V.S.: O artigo retrata aquele momento, fruto do meu encontro com as geógrafas espanholas no EGAL de 1997. O texto é mais uma exposição inicial e sintética sobre o que é Geografia feminista, muito baseado no livro organizado por Ana Sabaté Martínez e outras (1995), com objetivo de mostrar que na Europa e nos Estados Unidos já se pesquisava utilizando conceitos e

categorias de análise oriundas dos estudos feministas, como gênero. E, também, informar que era um campo de estudos em ascensão. Entendo que o artigo, com todas as suas limitações, foi útil para aquela conjuntura. Hoje está ultrapassado. Sem dúvidas, a partir de meados dos anos 2000, a Geografia brasileira ampliou consideravelmente o campo de estudos, em quantidade e qualidade, através de novos conceitos como a sexualidades e racialidades, por exemplo, expandindo o leque de abordagens teóricas. Hoje, muitos textos sobre o estado da arte da Geografia feminista brasileira foram apresentados em encontros acadêmicos e publicados em revistas. Também escrevi (sozinha ou com parcerias) alguns artigos ou capítulos de livros, que evidenciam a amplitude dos estudos feministas no Brasil, como o Geografias feministas brasileiras: um ponto de vista, capítulo do livro Geografias feministas de diversas latitudes, publicado em 2016, organizado por María Verónica Ibarra-García e Irma Escamilla-Herrera.

C.T.B. e D.M.N.: Você utiliza, em seus trabalhos, o conceito de patriarcado para explicar as desigualdades e a situação subordinada das mulheres trabalhadoras. Quanto ao patriarcado, você enxerga alguma forma de mudança desse cenário? O que pode ser feito para a desconstrução desse contexto (não somente nacional)?

S.M.V.S.: O patriarcado é um sistema que organiza socialmente nossas vidas, privadas e públicas, há no mínimo sete mil anos. Sistema recente, se considerarmos a história da humanidade, mas marcante na constituição da subjetividade e na inserção das pessoas na sociedade. E ainda estamos na era do patriarcado, embora o sistema tenha sofrido diversos revezes e embates, através de resistência e luta das mulheres e dos homens comprometidos com a igualdade entre as pessoas. Conquistas como: a separação definitiva entre a reprodução e a sexualidade com o advento e a popularização da pílula anticoncepcional; a fertilização *in vitro*; o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos; o divórcio; o reconhecimento dos novos arranjos familiares; o direito à educação e ao trabalho, sem preconceitos de origem, religião, sexo, idade, cor ou raça, ou qualquer forma de discriminação, com certeza, abalaram o sistema patriarcal. Importante lembrar que a igualdade, como valor central em nossa sociedade, é uma noção ainda mais recente do que o patriarcado, na história da humanidade. Nós temos uma mentalidade patriarcal, pois nascemos numa sociedade estruturada em relações de gênero patriarcais que, recentemente (últimos dois séculos), agregou a igualdade como valor, como direito humano. A crítica feminista atinge diretamente essa concepção, mostrando que não há plena igualdade num mundo em que uma parte da sociedade tem privilégios simplesmente por ser composta por homens. Privilégios oriundos de uma premissa assentada numa concepção essencialista de que existe uma natureza ou uma cultura feminina e masculina imutável, que marca o lugar social de cada um. Trata-se de uma concepção corrosiva, que torna o mundo hierarquicamente desigual através da opressão e da exploração. O patriarcado, como uma forma de organização familiar e social baseada na supremacia dos homens sobre as mulheres, estruturou-se, de forma mais ampla, na Antiguidade, com a instauração da propriedade privada, através da

reorganização familiar e social, baseado na monogamia feminina (controle da sexualidade) e na patrilinearidade. Nos dias de hoje, a ciência e as ideias progressistas e críticas ao patriarcado, fruto de novas relações sociais, econômicas e políticas, modificam papéis sociais e se abrem às novas evidências: os seres humanos são seres históricos que constroem seus caminhos. Heidi Hartmann, Iris Young e Carole Patman elaboraram estudos importantes sobre o entrelaçamento do capitalismo com o patriarcado. Relação que tornou as trabalhadoras duplamente exploradas, pois são oprimidas pelo sexismo e exploradas pelo capitalismo enquanto força de trabalho barata e descartável. O relatório da OXFAM (2017) mostra que a partir da faixa de renda salarial de um salário mínimo e meio, as mulheres ganham menos do que os homens, em todas as faixas, mesmo com maior escolaridade. A participação das mulheres na economia e na política indica claramente a desigualdade entre trabalhadoras e trabalhadores, entre cidadãs e cidadãos. Fruto de uma inserção laboral marcada por um ideário essencialista baseado em relações de gênero patriarcais, que argumentam que o lugar social das mulheres é o espaço reprodutivo. E as ocupações no espaço produtivo resultam da qualificação inata das mulheres para o ambiente doméstico. Essas ocupações são desvalorizadas, econômica e socialmente. Hoje, as mulheres atuam em diversas profissões, mas ainda ocupam, majoritariamente, guetos de trabalho feminino, como indicou Helena Hirata e Danièle Kergoat (2009), ligados à esfera doméstica, como alimentação, higiene, educação e serviços. O acesso igualitário ao mundo do trabalho e da política passa pela desconstrução do sistema patriarcal, que já não é o mesmo no tempo e no espaço, mas persiste a ponto de infringir opressão e exploração e o extremo da dominação, através da violência, física e simbólica, chegando muitas vezes ao feminicídio. A cada avanço das ideias progressistas, temos o avanço das reacionárias e sexistas que, no meu entendimento, somente a resistência e a luta diária, individual e coletiva, assim como escolhas políticas comprometidas com a igualdade plena, podem deter. Mas nos tempos atuais... está difícil ser otimista! Os trinta anos da Constituição Cidadã precisam ser comemorados, mas ao mesmo tempo precisamos lutar para preservar o que ela representa.

C.T.B. e D.M.N.: Você cursou parte de sua trajetória acadêmica no Brasil e outra parte foi realizada no exterior (Espanha). Quanto à visibilidade da mulher nos espaços públicos e privados, em sua experiência ao longo de todos esses anos de docência e militância, quais as principais diferenças que você enxergou e/ou enxerga nesses países?

S.M.V.S.: Quando cheguei em Barcelona, havia um grupo de estudos de Geografia e gênero consolidado, e em outras universidades espanholas também havia pesquisadoras envolvidas na temática. As pesquisadoras trocavam experiências com geógrafas estadunidenses e de outros países da Europa, trabalhando desde os anos de 1980. Isso foi bem importante, pois me senti acolhida e motivada ao saber que realmente se fazia estudos feministas na Geografia. Era um grupo que se reunia toda a semana para discutir sobre pesquisas ou temas teóricos e que contava com uma biblioteca excelente. Com o passar do tempo, vi que o preconceito contra esses estudos também existia e

as pesquisadoras eram em menor número nas universidades. Maria Dolors e Hermínia Pujol (2004) mostraram estas situações: as dificuldades que a dupla jornada de trabalho trazia para a produção acadêmica das mulheres e uma masculinização da Geografia. Ou seja, não vejo diferença quando se refere às dificuldades das mulheres na academia ou em qualquer ocupação no espaço produtivo. Mas como as europeias começaram os estudos feministas na Geografia, com quase uma década de antecedência, com estrutura, acesso à literatura de diversos idiomas, financiamentos, e com a possibilidade de circulação maior das pesquisadoras em eventos, etc., claro que isso constitui um diferencial. Mas vejo que a produção acadêmica da América Latina, particularmente do Brasil, alcança muito rápido esse atraso temporal.

C.T.B. e D.M.N.: Ao longo dos anos, as Geografias Feministas vêm ganhando maior espaço dentro do cenário brasileiro, no entanto, ainda são enfrentadas dificuldades em algumas áreas para entender e enxergar os estudos feministas como parte constituinte da ciência geográfica. Como você entende esse processo?

S.M.V.S.: A Geografia brasileira, ou alguns colegas, melhor dito, ainda tem uma resistência em considerar a importância da contribuição dos estudos feministas. Mas, ao mesmo tempo, acho que não podemos assumir uma postura de vitimismo em relação a isso. Até os anos de 1990, o desconhecimento sobre a produção acadêmica era motivo de preconceito. Havia uma crítica de que não estaríamos fazendo ciência geográfica e sim militância ou, na pior das hipóteses, uma sociologia de quinta categoria. Particpei, em 1999, do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP - Rio Claro\SP) e, em 2008, do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico na Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia\MG), e nos dois eventos apresentei a importância dos estudos de gênero, de perspectiva feminista na Geografia: a contribuição metodológica, através das pesquisas qualitativas; a teórica através das categorias de análise como gênero, sexualidade, divisão sexual do trabalho, para compreender e explicar o espaço geográfico e a epistemológica, reforçando que na produção do conhecimento, a relação sujeito-objeto é situada e posicionada. Enfatizando que a neutralidade científica é uma ilusão e que nos estudos feministas o lugar de fala importa. O olhar feminista dá subsídios para a Geografia como qualquer outro olhar atento à realidade. O que faltava eram profissionais mais audaciosos para dar uma visibilidade maior, e isso aconteceu a partir de 2008, com a Jo, coordenando o Grupo de Estudos Territoriais (GETE) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná, mais perto do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Ao mesmo tempo, a demanda por produção acadêmica com esse viés aumentou, tanto nas universidades como nos movimentos sociais: estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Geografia queriam produzir e buscavam orientação. O grupo de pesquisa da UEPG possibilitou a visibilidade da produção existente, impulsionando os estudos de gêneros e sexualidade e, mais recentemente, agregando as questões de racialidades e etnias. Os seminários latino-americanos de Geografia: gêneros, sexualidades e racialidades, a

Revista Latino Americana de Geografia e Gênero (RLAGG) e a Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) fazem a interação do Brasil com o Brasil e com a América Latina, principalmente. Mas repressões a esses estudos sempre haverá, pois a temática é comprometida, é política e afeta o entendimento de mundo. Se o mundo é patriarcal, as instituições universitárias ainda são androcêntricas, os estudos que desestabilizam o *establishment* sofrerão repressão, muitas vezes através da desqualificação. Uma resistência poderia ser ampliar nossa participação acadêmica para além de nossos grupos de estudos e grupos de trabalho dos eventos acadêmicos.

C.T.B. e D.M.N.: Em seus trabalhos, para além das discussões epistemológicas das geografias feministas, você traz principalmente a discussão do trabalho feminino. Na conjuntura atual, vivemos em um cenário político que põe em questão muitos dos direitos dos/as trabalhadores/as e compromete ainda mais a situação da mulher no Brasil. Quais são as suas perspectivas em relação a ser pesquisadora feminista nos dias atuais? O que você enxerga como os principais desafios que a nova geração de pesquisadoras e pesquisadores feministas enfrentarão?

S.M.V.S.: Pesquisar, descrever, explicar e compreender o mundo do trabalho é urgente. Este é um dos papéis da academia: denunciar as desigualdades através da ciência. Acredito nisso ainda. A possibilidade política de retrocessos de conquistas, de direitos consolidados é real, como décimo terceiro salário, por exemplo. O diferencial do trabalho feminino por classe, cor ou raça, orientação sexual, idade, ainda é um tema que precisa ser pesquisado a partir do olhar geográfico, considerando a importância do lugar como uma categoria de análise atravessada pelos marcadores sociais. Ser professora e pesquisadora é, também, buscar sensibilizar estudantes para esses temas. Pesquisas que mostrem a realidade e deem um sentido ao que os dados empíricos nos mostram. Cabe às novas gerações a tarefa de manter as conquistas e lutar por novas. Para isso, é importante ter a perspectiva histórica da produção acadêmica e dos movimentos sociais: feministas, de mulheres negras, de LGBTs, entre outros. Para encerrar, lembro que já escrevi que “entendo que a complexidade da totalidade passa pela aceitação das diferenças que produzem as desigualdades, negá-las é ficção e trazê-las à tona é realidade, não é divisão. Parcelas consideráveis de brasileiros sofrem diariamente a sua condição de corpo sexuado (orientação sexual), generificado (gênero) e racializado (cor da pele) que tomam diferentes inserções a partir de sua condição de classe. Corpos que ora sofrem preconceitos pelas suas diferenças e são excluídos, ora são utilizados como mercadoria para possibilitar o consumo dos mais diversos produtos, calcadas nestas mesmas diferenças. O peso de cada particularismo (...) é geográfico no sentido sócio-espacial e, portanto, precisa ser denunciado e explicado à luz do contexto brasileiro” (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 89).

Referências

GARCIA-RAMON, Maria Dolores; PUJOL, Herminia. Gender representation in academic geography in Catalonia (Spain): towards a masculinization of the discipline? **Journal of Geography in Higher Education**, v. 28, n. 1, p. 111-119, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 67 - 70.

MARTÍNEZ, Ana S. et al. (Orgs.). **Mujeres, Espacio y Sociedad. Hacia una Geografía del Género**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995.

OXFAM. **Relatório: a distância que nos une**. Um retrato das desigualdades brasileiras, 2017. Disponível em: <www.oxfam.org.br> Acesso em 12 outubro 2018.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografia e Gênero / Geografia Feminista : o que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, p. 105 - 120, 1998.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Geografias feministas brasileñas: um punto de vista. In: IBARRA-GARCIA, María Verónica; ESCAMILLA-HERRERA, Irma. **Geografias feministas de diversas latitudes**. México: UNAM/ Instituto de Geografía, 2016, p. 71 – 94.

Recebido em 23 de agosto de 2018.

Aceito em 11 de setembro de 2018.

Caroline Tapia Bueno, Diego Miranda Nunes

264